

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ

1.ª REVISÃO

RELATÓRIO AMBIENTAL – RESUMO NÃO TÉCNICO PROPOSTA PARA DISCUSSÃO PÚBLICA

Abril de 2026



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO	3
2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL	3
2.1 Enquadramento Legal do Processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)	3
2.2 Metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica	4
3. OBJETO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL	5
4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO.....	6
4.1 Quadro de Referência Estratégico (QRE)	6
4.2 Questões Estratégicas (QE)	7
4.3 Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)	8
4.4 Definição dos FCD	8
5. AVALIAÇÃO DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS DA PROPOSTA DO PLANO	9
6. DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO	13
6.1 QUADRO DE GOVERNANÇA	13
6.2 MEDIDAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	14
6.3 MEDIDAS DE CONTROLO	15
7. CONCLUSÕES	18

1. INTRODUÇÃO – O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Covilhã, a qual tem como objetivo principal a avaliar os efeitos significativos do plano (incluindo riscos e oportunidades) e estabelecer diretrizes para o seguimento (medidas de planeamento e gestão e medidas de controlo).

A elaboração do RNT tem como objetivo resumir, em linguagem não técnica, os efeitos significativos do Plano no ambiente e dos riscos e oportunidades previsíveis num contexto de transformação territorial, que se encontram desenvolvidos, de forma mais detalhada, no Relatório Ambiental (RA).

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

2.1 Enquadramento Legal do Processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) tem como objetivo a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final.

Compete à entidade responsável pela elaboração do plano ou programa (neste caso, a Câmara Municipal) determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como determinar o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental.

No que diz respeito à participação pública, o plano e o respetivo relatório ambiental (bem como o RNT) são submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados. Esta consulta pública, que não deve ter um prazo de duração inferior a 30 dias, é devidamente divulgada através de meios eletrónicos e em jornais de circulação regional ou nacional. Os resultados da consulta institucional e da consulta pública são ponderados na elaboração da versão final do plano ou programa a aprovar.

No momento posterior à aprovação do plano ou programa, a entidade responsável pela sua elaboração elaborará uma declaração ambiental, a qual deve integrar os seguintes conteúdos: a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano ou programa; as observações apresentadas durante a consulta institucional e a consulta pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações; as razões que fundaram a aprovação do plano ou programa à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração; e as medidas de controlo previstas. A referida declaração ambiental é obrigatoriamente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente e disponibilizada ao público pela entidade responsável pela elaboração do plano ou programa, através da respetiva página online.

No âmbito do seguimento e monitorização da implementação do plano ou programa, fica o Município obrigado a avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas de controlo previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

2.2 Metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica

Resumidamente, a metodologia de AAE contempla uma primeira fase, em que se define o problema da decisão estratégica e o contexto que lhe subjaz e se estabelece o âmbito e a focagem estratégica das tarefas de avaliação ambiental a levar a cabo nas fases metodológicas subsequentes.

Numa segunda fase, são avaliados, de forma pormenorizada, os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação das soluções da proposta de Plano. Após a elaboração de uma primeira versão completa do RA, e no decorrer das consultas públicas e institucionais, procede-se a uma alteração do documento. Segue-se, posteriormente, a emissão de uma Declaração Ambiental, após a aprovação do Plano, onde se descreve, entre outras coisas, a forma como as considerações ambientais e de sustentabilidade que emanaram da AAE foram integradas no Plano.

Por fim, a metodologia de AAE contempla, ainda, a fase de seguimento e monitorização, que constitui um procedimento contínuo e de rotina (com produção de um relatório anual), através da análise de um conjunto de indicadores que permitem perceber se o Plano está, ou não, a contribuir para os objetivos e metas desejáveis em termos de sustentabilidade.

3. OBJETO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

O presente processo de revisão do PDM da Covilhã encontra fundamento não só nas alterações legislativas supervenientes, mas também na necessidade de conformação da estratégia de desenvolvimento municipal a novos instrumentos de política setorial e à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais entretanto verificadas (Quadro 1).

O objeto de avaliação ambiental que aqui se apresenta corresponde, assim, à Proposta da Revisão do PDM da Covilhã, materializada, entre outros, no modelo de ordenamento que consta da Planta de Ordenamento, no Regulamento e no Programa de Execução e Plano de Financiamento. Nesta fase da AAE, o foco essencial será a avaliação dos eixos e objetivos estratégicos definidos no modelo de ordenamento.

Quadro 1: Eixos e objetivos estratégicos da proposta da 1.ª Revisão do PDM da Covilhã

EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
EIXO 1 – REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO TERRITORIAL E URBANA	OE1. Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património cultural
	OE2. Revisão dos perímetros urbanos que garanta uma organização e um crescimento equilibrado dos aglomerados, compatível com a salvaguarda dos recursos naturais e a melhoria da qualidade do espaço urbano
EIXO 2 – COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	OE3. Competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida, como forma de fixação de população e rejuvenescimento da sua estrutura etária
EIXO 3 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS	OE4. Sustentabilidade ambiental e valorização dos recursos, valores naturais e da paisagem, compatibilizadas com as necessidades de solo para as atividades económicas, habitacionais e de recreio e lazer
	OE5: Revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional
EIXO 4 – MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURAS	OE6. Reforço e manutenção da política de infraestruturização dos sistemas de abastecimento de água e do saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais
	OE7. Reestruturação e desenvolvimento das infraestruturas viárias em articulação com as infraestruturas pedonais, cicláveis, ferroviárias e aéreas, existentes ou a prever, com vista à promoção de uma mobilidade inter e multimodal sustentável
EIXO 5 – QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL	OE8. Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, desportivo, educativo e de saúde, às necessidades da população

4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

4.1 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) da AAE da 1.ª Revisão do PDMC inclui os instrumentos de política e os planos e programas, de âmbito internacional, nacional, regional e municipal, que, tendo em conta o seu âmbito setorial e as orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade que veiculam, se consideram relevantes para o presente exercício de AAE. Com esta seleção, pretende identificar-se potenciais sinergias e/ou conflitos dos macro objetivos de política ambiental e de sustentabilidade estabelecidos nesses documentos com os objetivos identificados para a Revisão do PDMC. A lista de documentos de referência considerados mais relevantes para a AAE é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 2. Quadro de Referência Estratégica para a AAE da 1.ª Revisão do PDM da Covilhã

ÂMBITO	DOCUMENTO
Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Estratégia Portugal 2030
	Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)
	Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNTC)
	Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)
	Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050)
	Lei de Bases do Clima
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)
	Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)
	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE)
	Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato (POACV)
	Plano Nacional da Água (PNA)
	Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI)
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)
	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030)
	Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR 2030)
	Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos 2030 (PERNU 2030)
	Estratégia dos Biorresíduos

ÂMBITO	DOCUMENTO
	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030)
	Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)
	Estratégia Turismo 2027 (ET 2027)
	Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)
	Nova Geração de Políticas de Habitação 2030 (NGPH)
	Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE)
	Programa de Valorização do Interior (PVI)
Regional	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT – C) (Versão de Maio/2011)
	Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3 do Centro)
	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI)
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (3º Ciclo) (PGRH RH4)
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (3º Ciclo) (PGRH RH5)
Intermunicipal	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-CIMBSE)
	Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (PE@CIMBSE 2030)
	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Beiras e Serra da Estrela (PAMUS-BSE)
	Programa de Revitalização do Parque Natural Serra da Estrela (PRPNSE)
Municipal	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município da Covilhã (PMEPC)
	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Covilhã (PMDFCI)
	Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)
	Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC)

4.2 Questões Estratégicas (QE)

As Questões Estratégicas (QE) podem, fundamentalmente, definir-se como “questões políticas ou desafios críticos fundamentais que afetam obrigações, valores, serviços, custos e que devem ser consideradas se queremos atingir a visão de longo prazo”. Considera-se que existem cinco linhas de força, que consubstanciam as Questões Estratégicas (QE) a observar neste exercício de AAE, nomeadamente:

- QE1 – Preservação e valorização dos Recursos, do Património e da Identidade
- QE2 – Prevenção e minimização dos riscos e potencialização da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas
- QE3 – Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida.
- QE4 – Promover a qualidade e os níveis de saúde e bem-estar da população, bem como o crescimento económico.

4.3 Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)

As QAS a considerar na AAE da Revisão do PDM da Covilhã decorrem da legislação em vigor e das sinergias que se podem estabelecer entre si, sendo as seguintes: Biodiversidade, Fauna, Flora; Solo, Água e Atmosfera; População e Saúde Humana; Atividades Económicas e Bens Materiais; Paisagem e Património Cultural; e Fatores Climáticos.

4.4 Definição dos FCD

Tendo sido identificados e descritos os instrumentos de política, programas e planos que compõem o Quadro de Referência Estratégica (QRE), os problemas ambientais sinalizados no território, as Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS), e as Questões Estratégicas (QE) que refletem a abordagem estratégica do Plano, foram definidos os Fatores Críticos de Decisão (FCD), que constituem o primeiro nível do quadro de avaliação do presente procedimento de AAE. Uma vez estabelecidos os FCD, importa especificar o conjunto de critérios de sustentabilidade que concretizem o âmbito de cada um, bem como os indicadores, quantitativos e qualitativos, que servirão de instrumento de “medida” da performance ambiental e de sustentabilidade das propostas e soluções vertidas nesta alteração do Plano. Deste modo, são identificados os seguintes FCD e respetivos critérios de sustentabilidade:

- **FCD 1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos.** Este fator pretende avaliar o contributo do PDMC para a proteção e valorização do património cultural e natural, material e imaterial, e a paisagem numa lógica de salvaguarda dos valores existentes de forma a enfatizar a identidade territorial e atratividade do concelho.
- **FCD 2 – Qualidade Ambiental e Riscos.** Este fator pretende avaliar o contributo do PDM para a prevenção e minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, bem como da capacidade do concelho de adaptação e mitigação às alterações climáticas.

- **FCD 3 – Ordenamento e Coesão Territorial.** Este fator pretende avaliar o contributo do PDMC para um modelo de ocupação e uso do solo mais equilibrado e sustentável e, ao mesmo tempo, competitivo e diferenciado no território regional em que se insere. Simultaneamente, pretende avaliar-se as diversas dimensões e funções dos espaços urbanos – equipamentos, e infraestruturas, habitação e mobilidade – e os contributos do plano para a melhoria da qualidade do ambiente urbano.
- **FCD 4 – Desenvolvimento Socioeconómico.** Este fator pretende avaliar se a proposta de PDM reflete as dinâmicas económicas territoriais, associados a uma forte atratividade do setor industrial, e ao potencial de valorização turística que o património natural e cultural do concelho encerra. Este fator pretende, ainda, avaliar as formas de valorização do capital humano e as medidas com impacto ao nível do reforço da coesão social.

5. AVALIAÇÃO DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS DA PROPOSTA DO PLANO

O **Quadro 3** apresenta um resumo dos aspetos mais relevantes que foram identificados no âmbito do exercício de avaliação dos efeitos significativos (positivos e negativos). No referido quadro, os efeitos significativos encontram-se estruturados por FCD agrupados em função dos Eixos e Objetivos Estratégicos da proposta do Plano.

Quadro 3. Avaliação dos Efeitos Significativos da Proposta da 1.ª Revisão do PDMC, por Eixos e Objetivos Estratégicos do Plano e Fator Crítico para a Decisão (FCD)

FCD	Natureza do efeito	Identificação/ Descrição do Efeito
EIXO 1 – REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO TERRITORIAL E URBANA		
OE1. Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património cultural		
FCD1	Positivo	Requalificação de edifícios devolutos, valorizando o património cultural e a imagem urbana.
	Positivo	Ampliação ou alteração de uso de edifícios subutilizados para habitação, preservando a malha urbana tradicional.
	Positivo	Reabilitação do corredor ecológico, restaurando a conectividade de habitats e valorizando património natural.
	Positivo	Mitigação das dissonâncias ambientais e paisagísticas.
	Negativo	Potencial risco de contaminação das massas de água subterrâneas, na mobilização de solos contaminados e de perturbação de populações de espécies protegidas, por via da intervenção em áreas sensíveis.
FCD2	Positivo	Melhoria da eficiência energética dos edifícios, reduzindo o consumo de energia e as emissões de GEE.
	Positivo	Rentabilização das infraestruturas territoriais existentes.
	Positivo	Criação de zonas verdes permeáveis, criando barreiras acústicas, reforçando a infiltração, reduzindo o potencial de ocorrências de inundações urbanas e mitigando o efeito de ilha de calor.
	Negativo	Aumento dos níveis de ruído e poluição atmosférica, associados à realização de novas obras de construção
	Negativo	Concentração de população, exigindo capacidade adicional das infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento e dos sistemas de gestão de resíduos.
FCD3	Positivo	Consolidação e densificação dos centros urbanos, limitando a expansão para solo rústico.
	Positivo	Localização de habitação acessível próxima de serviços, fortalecendo a coesão social e territorial.
	Positivo	Contributo para a melhoria da oferta habitacional a preços acessíveis, promovendo a colmatação das carências habitacionais e potencial fixação de novos residentes no concelho.
	Positivo	Integração de eixos verdes na estrutura urbana, criando corredores recreativos.
	Negativo	Risco de dispersão edificatória e de aumento custos associados às infraestruturas básicas.
FCD4	Positivo	Modernização do parque edificado, dinamizando o mercado da reabilitação e criando emprego local.
	Positivo	Valorização turística de percursos ecológicos, gerando novas fontes de rendimento.
	Negativo	Redução das receitas municipais decorrentes das taxas urbanísticas.
	Negativo	Custos acrescidos de manutenção, exigindo recursos municipais contínuos.
OE2. Revisão dos perímetros urbanos que garanta uma organização e um crescimento equilibrado dos aglomerados, compatível com a salvaguarda dos recursos naturais e a melhoria da qualidade do espaço urbano		
FCD1	Positivo	Oportunidade para a criação de espaços verdes de utilização coletiva ou recuperação de áreas degradadas para o efeito, valorizando a ecologia urbana.
	Positivo	Preservação dos núcleos históricos principais, através do controlo da volumetria edificada e da morfotipologia dominante, contribuindo para o reforço da identidade cultural e melhoria da qualidade paisagística.
	Positivo	Salvaguarda da gestão sustentável do solo, ao fazer depender a eventual urbanização destes vazios urbanos da existência de condições económicas que permitam o seu efetivo desenvolvimento.
	Positivo	Conservação de áreas de interface urbano-rural (incluindo hortas) dentro do perímetro urbano (mantendo um IOS de 0,5 e 0,4 em EH e EUBD), contribui para uma estrutura ecológica funcional e integrada, promovendo a produção alimentar de proximidade, a multifuncionalidade do solo urbano, a qualidade de vida urbana, a preservação dos recursos solo e água, a continuidade ecológica (ex.: ao longo das linhas de água) e a regulação térmica em ambiente urbano.
	Positivo	Aumento do potencial de utilização, sendo uma oportunidade para a reabilitação urbana, preservando a identidade local.
	Positivo	Contributo para a boa qualidade das massas águas superficiais, por via da garantia de infraestruturação como condição para o desenvolvimento dos perímetros urbanos propostos e da progressiva substituição por soluções individuais.
	Positivo	Melhoria da qualidade visual da paisagem, sobretudo em ambiente urbano, contribuindo, também, para a preservação da envolvente ao património arquitetónico classificado e inventariado.
	Negativo	Ameaça de afetação dos recursos solo e água, do coberto vegetal e dos valores naturais e culturais, por via da potencial capacidade construtiva prevista para estas áreas.
	Negativo	Rigidez regulamentar poderá impedir a construção de novos edifícios de valor arquitetónico inovador.
	Negativo	Conversão de algumas áreas agrícolas em territórios artificializados, contribuindo para a degradação da paisagem agrícola nas novas áreas construídas.
FCD2	Negativo	Risco de fragmentação da paisagem e quebra dos “links” ecológicos nas zonas de interface urbano-rural, através de uma maior concentração construtiva em áreas agrícolas, florestais ou naturais, reduzindo as interações ecológicas entre habitats.
	Positivo	Salvaguarda da rentabilização e eficiência das infraestruturas municipais, estando as obras de urbanização destas áreas condicionadas à execução sistemática e existência de investimento privado.
	Positivo	Melhoria da hierarquização funcional do sistema urbano, contribuindo para a melhoria da rede de acessibilidades e dos serviços públicos de transporte público, reduzindo emissões rodoviárias.
	Positivo	Contributo para a qualificação e cobertura territorial das redes de abastecimento de água e drenagem das águas residuais.
	Positivo	Limitação de impermeabilização, melhorando infiltração hídrica e a redução do risco de ocorrência de inundações urbanas.
	Positivo	Oportunidade para o financiamento da construção/manutenção de infraestruturas, mas também para a melhoria da eficiência energética.
	Negativo	Risco de processos de licenciamento prolongados.
	Negativo	Contributo negativo para a contenção da expansão do solo urbano.
	Negativo	Potencial manutenção ou aumento da exposição a riscos naturais ou mistos, por via da integração de algumas áreas, em solo urbano, onde se identifica a existência de algum risco.
	Negativo	Aumento dos consumos energético, acrescendo a pegada de carbono do concelho.
FCD3	Negativo	Aumento da densidade dos aglomerados urbanos, incrementando o esforço das infraestruturas urbanas e respetivos consumos energéticos, assim como os encargos municipais relacionados com a manutenção.
	Negativo	Aumento da impermeabilização, potenciando o risco de ocorrência de inundações urbanas.
	Positivo	Clarificação da fundamentação, objetivos e pressupostos subjacentes à delimitação como perímetro urbano, facilitando a gestão urbanística e fiscalização.
	Positivo	Contributo para a coesão territorial, através da redistribuição equilibrada de serviços por nível de aglomerado e correção das desigualdades territoriais, permitindo a retenção populacional nos polos mais secundários.
	Positivo	Contributo para a consolidação urbana e valorização dos vazios urbanos, de forma sustentável e adequada às dinâmicas urbanísticas, fruto do incremento da capacidade construtiva nos espaços destinados para o efeito.
	Positivo	Aumento da eficiência e funcionalidade do solo urbano, adaptada à vocação do uso do solo.
	Positivo	Contribui para a flexibilidade regulamentar dos parâmetros urbanísticos, permitindo salvaguardar, sobretudo, o recurso solo.
	Positivo	Aumento da oferta habitacional, nomeadamente a custo controlado, aliviando pressão sobre o setor.
	Positivo	Amenização das desigualdades territoriais ao nível da acessibilidade às infraestruturas básicas nos perímetros urbanos.
	Positivo	Favorecimento da coesão e atratividade territorial, por via da aplicação dos mecanismos perequativos.
FCD4	Positivo	Criação de um tecido edificado multifuncional, suscitador de centralidades, que flexibiliza a ocupação do solo às dinâmicas de mercado e demográficas, ao estimular a proximidade funcional na mesma categoria de solo.
	Negativo	Risco potencial para, em certas áreas, a classificação do solo proposta poder contribuir para a dispersão edificatória e expansão urbana (sobretudo em áreas de execução não sistemática).
	Negativo	Risco de nova edificação, incluindo para uso habitacional associado à exploração agrícola, em áreas não dotadas de infraestruturas territoriais, com pouca acessibilidade a equipamentos e serviços públicos
FCD4	Positivo	Estímulo ao investimento privado no território, através da regulação do sistema compensatório.

FCD	Natureza do efeito	Identificação/ Descrição do Efeito
	Positivo	Melhoria da sustentabilidade financeira do orçamento municipal.
	Positivo	Potencial aumento da atratividade de investimento no concelho, fruto da maior capacidade construtiva (redução com o custo unitário da construção, possibilidade de construção de edifícios com maiores áreas, essencial para determinadas atividades económicas, etc.)
	Positivo	Melhoria da atratividade para captação de novos investimentos em determinados setores económicos (sobretudo setor terciário), fruto de uma maior oferta de áreas infraestruturadas.
	Positivo	Salvaguarda da vocação produtiva do território, sem conflitar com os usos habitacionais, mas mantendo a capacidade de gerar condições para a modernização e viabilização económica das explorações, ao admitir atividades de suporte (p.e. residência própria e permanente de quem exerça atividade agrícola, pecuária ou florestal, estabelecimentos industriais diretamente ligados à produção, empreendimentos turísticos rurais)
	Positivo	Aumento da dinâmica empresarial e económica do concelho através da diversidade funcional introduzida no regime de uso do solo.
	Negativo	Potencial especulação imobiliária dos centros urbanos, nos casos onde as operações urbanísticas não contribuam para o aumento da oferta de arrendamento acessível ou a custos controlados.
	Negativo	Potencial aumento do custo das operações/obras de reabilitação e redução do espectro de atividades económicas e de novos projetos/investimentos que se poderão implementar, em determinadas áreas do concelho.
EIXO 2 – COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO		
OE3. Competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida, como forma de fixação de população e rejuvenescimento da sua estrutura etária		
FCD1	Positivo	Minimização das eventuais dissonâncias ambientais e visuais, devido à qualificação e ordenamento de áreas de uso industrial e consequente redução da dispersão de unidades industriais em solo rústico.
	Positivo	Valorização de recursos naturais e culturais, reforçando atratividade territorial.
	Positivo	Eventual alavancagem das atividades de produção agrícola que se encontrem diretamente associadas às infraestruturas a construir, com benefícios ao nível dos serviços de ecossistemas que são garantidos por este tipo de atividades do setor primário.
	Negativo	Risco de contaminação dos solos e das massas de água, afetando os valores naturais em solo rústico.
	Negativo	Afetação dos recursos naturais (solos, água e biodiversidade), através da ocupação empresarial e económica.
	Negativo	Potencial aumento da pressão humana sobre habitats sensíveis.
FCD2	Positivo	Oportunidade para adoção de soluções de melhoria da eficiência energética e de autoconsumo, contribuindo para a redução emissões de GEE.
	Positivo	Condicionamento da impermeabilização do solo, contribuindo para a redução do risco de ocorrências de cheias e inundações urbanas.
	Positivo	Rentabilização das infraestruturas existentes, bem como oportunidade para uma maior eficiência ao nível da gestão da recolha de resíduos.
	Positivo	Redução dos consumos energéticos relacionados com o transporte e logística de produtos, dado a localização prevista de empresas e indústria.
	Negativo	Aumento do risco potencial para a ocorrência de acidentes tecnológicos, quer no transporte quer no desenvolvimento da atividade nas zonas industriais.
	Negativo	Aumento das emissões de GEE, através da eventual instalação de novas unidades industriais poluidoras.
	Negativo	Sazonalidade de usos, gerando períodos de sobrecarga nas infraestruturas.
	Negativo	Potencial aumento da população exposta ao risco de incêndio, cuja maior incidência coincide com a época alta em termos da visitação.
FCD3	Positivo	Diversificação funcional e dinamização do solo rústico.
	Positivo	Distribuição equilibrada das funções, no interior dos aglomerados urbanos e rurais, contribuindo para a coesão territorial.
	Positivo	Diversificação da oferta e reforço da rede de equipamentos de apoio social.
	Positivo	Consolidação de áreas industriais, reduzindo os consumos energéticos e logística.
	Positivo	Aumento da atratividade do território, fruto da diversificação das atividades económicas prevista, e consequente aumento da fixação de população residente.
	Negativo	Risco de dispersão de unidades industriais, devido ao baixo grau de ocupação.
FCD4	Positivo	Desenvolvimento de empreendimentos estratégicos com vista à inovação, a criação de emprego qualificado, fortalecendo tecido empresarial local.
	Positivo	Promoção de turismo sustentável, ao condicionar a instalação de Empreendimentos Turísticos, que integrem práticas de preservação ambiental e valorização da identidade cultural local.
	Positivo	Aumento da capacidade territorial de atrair investimento, por via da adaptabilidade das normas urbanísticas às necessidades dos diferentes agentes económicos.
	Negativo	Aumento da pressão turística no território, resultando na subida do custo de vida e na instabilidade dos empregos gerados (sazonalidade).
	Negativo	Especulação imobiliária, elevando custo do solo e podendo inviabilizar futuros investimentos económicos em áreas já destinadas e infraestruturadas para o efeito.
OE4. Sustentabilidade ambiental e valorização dos recursos, valores naturais e da paisagem, compatibilizadas com as necessidades de solo para as atividades económicas, habitacionais e de recreio e lazer		
FCD1	Positivo	Favorecimento da qualidade visual da paisagem urbana.
	Positivo	Redução das pressões sobre as massas de água, através de menores consumos, resultantes da melhoria da eficiência hídrica no edificado.
	Positivo	Salvaguarda da gestão sustentável do solo de acordo com as condicionantes legais.
	Positivo	Proteção de maciços arbóreos espontâneos ou naturais.
	Positivo	Integração de espaços verdes na malha urbana, melhorando conectividade ecológica e garantindo o cumprimento de um conjunto de serviços de ecossistemas associados.
FCD2	Positivo	Redução de emissões de GEE, através da melhoria da eficiência energética do parque edificado e de instalação de soluções de autoconsumo.
	Positivo	Redução da amplitude térmica nos centros urbanos (atenuação do efeito “ilha de calor”).
	Positivo	Condicionamento da construção em leitos e margens dos recursos hídricos e preservação da vegetação natural (ex.: nas zonas de encosta, nas margens das linhas de água)., mitiga a ocorrência de cheias e inundações urbanas.
	Negativo	Maior exigência de recursos, para aumento da capacidade de resposta dos sistemas de recolha e receção de resíduos.
FCD3	Positivo	Contributo para a colmatação urbana, de forma sistemática e programada.
	Positivo	Contributo para o grau de cobertura dos equipamentos públicos e para a capacidade de resposta do Município em setores essenciais, como a saúde.
	Positivo	Contributo para a mobilidade sustentável urbana, pela criação de condições para a utilização dos modos suaves.
	Positivo	Captação de investimentos e de emprego para a investigação na área da saúde.
	Negativo	Valorização do preço do solo nas áreas construtivas adjacentes.
OE5: Revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional		
FCD1	Positivo	Contributo para a proteção do solo e para a salvaguarda das áreas com reconhecida aptidão para usos agrícolas, pecuários e florestais.
	Positivo	Requalificação de equipamentos/edifícios devolutos, valorizando o património cultural e a paisagem rural.
	Positivo	Valorização das atividades do setor primário associadas a alguns dos equipamentos que se prevê requalificar, contribuindo para a preservação do mosaico agrossilvopastoril, mantendo os serviços de ecossistemas associados.
	Negativo	Eventual intensificação da atividade agrícola em áreas com processos mais “industrializados”, com potencial degradação da qualidade do solo e afetação dos recursos hídricos.
FCD2	Positivo	Favorecimento dos mecanismos de regulação hídrica natural, reduzindo o potencial da erosão dos solos e de risco de ocorrência de cheias.
	Negativo	Aumento de carga sobre as infraestruturas existentes, da rede de abastecimento de água, drenagem das águas residuais e de recolha de resíduos, em solo rústico.
FCD3	Positivo	Contributo para consolidação do sistema urbano, evitando a dispersão da construção em áreas que não têm, efetivamente, características urbanas (e não servidas pelas redes de acessibilidades e equipamentos).
	Positivo	Valorização e requalificação de equipamentos educativos e de recreio e lazer existentes, bem como aumento da oferta, através da construção de novos equipamentos que satisfaçam as carências existentes.
FCD4	Positivo	Contributo para a valorização das atividades tradicionais de produção local.
	Positivo	Valorização de empreendimentos e equipamentos turísticos.

FCD	Natureza do efeito	Identificação/ Descrição do Efeito
	Positivo	Diversificação de rendimentos associados à atividade agrícola / pecuária.
EIXO 4 – MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURAS		
OE6. Reforço e manutenção da política de infraestruturação dos sistemas de abastecimento de água e do saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais		
FCD1	Positivo	Melhoria da capacidade de resposta aos cenários de escassez hídrica cada vez mais frequentes, através da existência de reservas hídricas para os mais variados fins.
	Negativo	Potenciais impactes na biodiversidade e nos fluxos migratórios de espécies de fauna e flora associados aos habitats ribeirinhos.
	Negativo	Eventual preservação da dispersão construtiva e de uma menor coerência da imagem urbana em certas áreas, por via da execução não sistemática e/ou da extinção do prazo previsto no PEPF para dotação das redes públicas de infraestruturas básicas em falta (o que inviabiliza qualquer dinâmica de licenciamento urbanístico até à efetiva infraestruturação da área em causa).
FCD2	Positivo	Rentabilização das infraestruturas territoriais existentes.
	Positivo	Reforço das reservas estratégicas de água necessárias à adaptação às alterações climáticas e à resposta a eventos extremos.
	Negativo	Maior dificuldade na gestão, dimensionamento e investimento a realizar ao nível das infraestruturas urbanas, fruto da incerteza acerca da dinâmica urbanística nestas áreas e da coexistência de soluções técnicas individuais (mesmo após as novas infraestruturas a serem criadas).
FCD3	Positivo	Favorecimento da consolidação urbana, através da facilitação da execução das infraestruturas.
	Positivo	Aumento das áreas com aptidão para novas construções numa lógica urbana de continuidade, que poderão permitir o incremento do parque edificado do concelho, contribuindo para minimizar os problemas de acesso à habitação.
	Negativo	Aumento potencial da dispersão edificatória.
FCD4	Positivo	Aumento da atratividade para novos investimentos económicos (sobretudo no setor terciário), fruto da infraestruturação prevista para estas áreas.
OE7. Reestruturação e desenvolvimento das infraestruturas viárias em articulação com as infraestruturas pedonais, cicláveis, ferroviárias e aéreas, existentes ou a prever, com vista à promoção de uma mobilidade inter e multimodal sustentável		
FCD1	Positivo	Integração de espaços verdes na urbanização, beneficiando a estrutura ecológica urbana.
	Positivo	Oportunidade de criação de corredores verdes, alinhamentos arbóreos e infraestruturas urbanas de drenagem sustentável, associados às infraestruturas viárias a construir ou às vias a requalificar, contribuindo para a melhoria da conectividade ecológica.
	Negativo	Risco de fragmentação da paisagem associado à construção de grandes infraestruturas, reduzindo as interações ecológicas entre habitats.
FCD2	Positivo	Capacidade de apoio a meios aéreos, necessários ao combate aos incêndios florestais, bem como, em emergências médicas.
	Positivo	Melhoria da qualidade do ambiente sonoro e do ar nos perímetros urbanos.
	Positivo	Melhoria do sistema de mobilidade coletiva urbana, contribuindo para a redução das emissões dos GEE.
	Negativo	Emissões e ruído durante a fase de obras.
	Negativo	Potencial incremento dos consumos energéticos, devido à melhoria e aumento da capacidade do sistema de mobilidade (p.e. transporte de mercadorias, transporte aéreo), acrescendo a pegada de carbono do concelho.
FCD3	Positivo	Contributo para a mobilidade suave nos aglomerados urbanos.
	Positivo	Melhoria da conectividade territorial inter e intraconcelhia, através do aumento do grau de cobertura do transporte público e da beneficiação das vias, que pode potenciar a adoção de modos suaves.
FCD4	Positivo	Contribuição para o aumento das condições de atratividade das zonas industriais/empresariais potenciais do concelho com a localização das áreas de acolhimento empresarial à rede rodoviária nacional
EIXO 5 – QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL		
OE8. Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, desportivo, educativo e de saúde, às necessidades da população		
FCD1	Positivo	Contributo para o equilíbrio ambiental do espaço urbano e para a minimização da degradação dos recursos naturais e das funções ecológicas asseguradas
	Positivo	Redução da vulnerabilidade a incêndios, protegendo ecossistemas florestais, promovendo a preservação do recurso solo e os valores naturais associados.
	Negativo	Instalação de infraestruturas em áreas sensíveis, podendo afetar habitats naturais e seminaturais.
FCD2	Positivo	Melhoria da qualidade do ar, fruto da construção de novos espaços verdes, bem como promoção da qualidade de vida das populações
	Positivo	Redução dos consumos energéticos relacionados com as ligações casa-creche-trabalho, contribuindo para a mitigação das alterações climáticas.
	Positivo	Aumento da resiliência a eventos extremos e a reforço da capacidade de resposta em situações de emergência.
	Negativo	Emissões e ruído durante a fase de obras, degradando bem-estar local.
FCD3	Positivo	Contributo para o aumento da cobertura territorial e qualificação da rede de equipamentos e serviços públicos.
	Positivo	Reforço da infraestrutura verde urbana, através da ampliação da área afeta a espaços verdes urbanos, contribuindo para o aumento da captação e da acessibilidade à rede de espaços verdes, enquanto fatores centrais de qualidade do ambiente urbano e atratividade das unidades territoriais do concelho.
FCD4	Positivo	Melhoria para a valorização dos recursos turísticos do concelho.
	Positivo	Contributo para o aumento da capacidade de alojamento e da atratividade a nível turístico, com destaque para o investimento previsto em parques de campismo e caravanismo.
	Negativo	Risco de especulação imobiliária, elevando preço do solo.

6. DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

6.1 QUADRO DE GOVERNANÇA

O Quadro de governança constitui-se como uma ferramenta participativa que tem como objetivo o desenvolvimento de uma rede interrelacionada de instituições e organizações governamentais e/ou não governamentais e demais atores relevantes, que promova os objetivos ambientais e de sustentabilidade à escala municipal. Uma vez que o Quadro de Governança é fundamental na definição de prioridades, na garantia de foco da AAE, na validação e avaliação e na estratégia de seguimento, este quadro envolve a responsabilidade e cooperação institucional e o envolvimento dos agentes, incluindo a participação pública.

No quadro seguinte encontram-se listadas as entidades que compõem o Quadro de Governança da AAE da Revisão do PDM da Covilhã, identificando-se os grupos de interesse e principais áreas de atuação.

Quadro 4. Quadro de Governança – Grupos de Interesse e Principais Áreas de Atuação

ENTIDADES	ÁREAS DE ATUAÇÃO*
Câmara Municipal da Covilhã	OT; AMB; PATR; AEC; AGR; TRA; SAU; TUR; ENE; EQ; RIS
Juntas de Freguesia	OT, AMB, PATR, AEC, AGR, SAU, EQ
Agência Portuguesa do Ambiente	OT, AMB, AEC, RIS
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	OT, AMB, PATR, AEC, TRA, TUR, EQ, RIS, AGR
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	OT, AMB, PATR, AGR
Municípios do Fundão, Belmonte, Guarda, Manteigas, Seia, Pampilhosa da Serra, Arganil	AEC, AMB, PATR, AGR, TRA, SAU, TUR, ENE, EQ, RIS
Administração Regional de Saúde do Centro, IP	OT, SAU
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	OT, AEC, RIS
Direção-Geral de Energia e Geologia	AEC, ENE
Património Cultural, IP	OT, PATR
Turismo de Portugal, IP	AEC, TUR
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	AGR, AMB, AEC
Guarda Nacional Republicana SEPNA	AMB, OT, AGR, RIS
Associações Culturais e Desportivas e Instituições Particulares de Solidariedade Social	OT; AMB; PATR; TUR; EQ;
Municípios em geral	OT; AMB; PATR; AEC; AGR; TRA; SAU; TUR; EQ; RIS;

* **OT** – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO; **AMB** – AMBIENTE; **PATR** – PATRIMÓNIO E CULTURA; **AEC** – ATIVIDADES ECONÓMICAS; **AGR** – AGRICULTURA E PISCAS; **TRA** – ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES; **SAU** – SAÚDE; **TUR** – TURISMO; **ENE** – ENERGIA; **EQ** – EQUIPAMENTOS; **RIS** – RISCOS;

6.2 MEDIDAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

Estando a Revisão do PDM da Covilhã relacionada, sobretudo, com a concretização de uma estratégia de desenvolvimento, apoiada num cenário otimista, surge a oportunidade de orientar o desenvolvimento futuro do território concelhio, numa perspetiva da inversão das tendências correspondentes ao período que decorreu desde a elaboração do PDM em vigor (1999). No sentido de assegurar o bom desempenho ambiental da revisão estratégica do plano, foram identificadas no quadro seguinte, um conjunto de medidas para minimização dos principais riscos identificados, que deverão ser tidas em conta, pelo Município de Covilhã, no planeamento e gestão do território.

Quadro 5. Medidas de Planeamento e Gestão

FCD1 – Biodiversidade, Recursos Naturais e Paisagem
Promover uma maior preocupação com a incorporação da infraestrutura verde e de outras soluções de construção sustentável nas obras de urbanização e edificação (p.e. plantação de árvores de arruamento, implementação de Sistemas Urbanos de Drenagem Sustentável (SUDS), utilização de pavimentos permeáveis), através da sua futura inclusão nas intervenções a promover pelo Município e no desenvolvimento de cadernos de encargos destinados à aquisição de projetos de especialidades.
Assegurar a continuidade da infraestrutura verde, bem como a integração paisagística da instalação de equipamentos, infraestruturas e de atividade industriais em Aglomerados Rurais, salvaguardando os recursos hídricos e de solo (p.e. minimizando os entubamentos de linhas de água e terraplanagens) e o equilíbrio dos ecossistemas, reforçando o valor ecológico das áreas verdes de enquadramento, através da plantação densificada de árvores e arbustos autóctones e endémicos.
Garantir que os projetos agrícolas (incluindo as redes de rega) e florestais salvaguadem e protejam a potencial afetação a elementos patrimoniais arqueológicos.
Atualizar periodicamente o inventário do património cultural, natural e paisagístico, permitindo a sua avaliação, monitorização e a divulgação do conhecimento, através do registo com novos meios e ferramentas.
Garantir um eficaz controlo da proliferação e dispersão de unidades industriais fora dos espaços destinados a esta atividade (os quais apresentam consequências ao nível da qualidade da paisagem).
FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos
Garantir a incorporação, no Plano de Prevenção e Gestão de RCD (PPGRCD), das metas previstas no Regime geral de gestão de resíduos, nomeadamente a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material dos resíduos de construção e demolição.
Ponderar o estabelecimento de uma classe mínima de certificação energética exigível (ex.: Classe A) para certo tipo de obras de edificação e para algumas tipologias de edifícios.
Mitigar e minimizar os riscos (essencialmente cheias e inundações e deslizamentos de terras), com ações operacionais de estabilização de talvegues e taludes (ex.: por via da cobertura vegetal) ou ações regulares de sensibilização sobre medidas de autoproteção, entre outras.
Avaliar e monitorizar, periodicamente, as áreas com maior exposição ao risco de incêndio, nomeadamente ao nível da limpeza das faixas de gestão de combustível na interface urbano/rural, nas áreas envolventes aos espaços de atividades económicas, infraestruturas, edifícios sensíveis e elementos de elevado valor patrimonial.
Promover medidas que visem a reutilização de águas residuais e/ou de águas pluviais para lavagem de pavimentos, rega dos espaços verdes, entre outros.
FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial
Condicionar a expansão urbana ao aproveitamento prioritário de vazios e à capacidade instalada/prevista ao nível das infraestruturas territoriais.
Tendo em vista a melhoria da resiliência ambiental e a adaptação do território às alterações climáticas, promover a implementação de sistemas urbanos de drenagem sustentável, que permitam a infiltração e/ou a diminuição dos caudais de ponta afluentes às linhas de água, implementando soluções nos espaços verdes (ex.: bacias de retenção secas, poços de infiltração), arruamentos (ex. biovaletas, separadores centrais rebaixados para recolha das águas de escorrência) e outros espaços públicos.

FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico
Reservar quota mínima de habitação acessível e habitação a custos controlados em programas de reabilitação e nova construção habitacional em larga escala.
Fomentar o desenvolvimento de projetos que promovam a dinamização da economia local assente na articulação entre processos/presença física e as tendências de evolução centradas na digitalização desses mesmos processos e presenças.
Fomentar a implementação de espaços de apoio direcionados para a criação e modernização de empresas ligadas ao setor agrícola, nos eventuais equipamentos de incubação/laboratórios de empresas que se prevê criar, considerando que o setor agrícola poderá, em territórios mais rurais, dar uma contribuição significativa para a atração de investimento e criação de emprego para população mais jovem, contrariando a perda de ativos no mercado de trabalho e potenciando eventuais agentes de desenvolvimento económico e social a nível local.

6.3 MEDIDAS DE CONTROLO

O RA estabelece o enquadramento para o âmbito de aplicação do controlo, ao identificar os eventuais efeitos significativos no ambiente (normalmente já abordados no RA). De acordo com a bibliografia existente nesta matéria, os métodos de controlo escolhidos devem ser aqueles que estão disponíveis e são mais adequados, em cada caso, para verificar quando o Plano ou Programa é executado e para identificar, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos resultantes da execução do mesmo. Deste modo, é definido, no presente RA, um conjunto de indicadores através dos quais será possível acompanhar a execução da Revisão do PDM da Covilhã e aferir os respetivos efeitos ambientais, na perspetiva de cada um dos FCD atrás identificados no quadro seguinte. Para identificação destes indicadores, foram tidos em conta as medidas de planeamento e gestão, anteriormente referidas, de forma a estabelecer um quadro de seguimento pragmático e verificável, mais adequado à realização dos relatórios de avaliação e controlo, identificando, sempre que possível, fontes de informação com periodicidade de atualização anual.

Quadro 6: Indicadores de seguimento

Indicador	Valor Base	Efeito Expectável	Fonte de Informação	Periodicidade de atualização da informação	Objetivos e metas de referência
FCD 1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos					
Territórios artificializados <i>per capita</i> (m ² /hab.)	436 (2018)	↓	COS, DGT / ODS Local	Anual	235**
Proporção de massas de água com bom estado/ potencial ecológico (%)	68 (2021)	↑	PGRH / SNI Amb / ODS Local	Anual	100**

Proporção de solo ocupada por florestas de eucalipto (%)	2,1 (2018)	↓	COS	Anual	2,1
Património cultural (arquitetónico e arqueológico) classificado (n.º)	CIP: 1 IIP: 12 IIM: 5 MIP: 4 MIM: 2 SIM: 1 (2025)	↑	CMC / Património Cultural, IP	Variável*	-
Proporção de RAN utilizada para fins não agrícolas (%)	26	↓	COS	Variável*	-
Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)	- (sem dados)	↑	CMC	Variável*	-
FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos					
Dias com índice de qualidade do ar bom ou muito bom (%)	97,0 (2018)	↑	INE, CCDRC	Anual	100,0%
Perdas reais de água no sistema de abastecimento de água (l/ramal/dia)	54,0 (2022)	↓	ERSAR, ADC	Anual	25
Percentagem do número total de análises realizadas à água para consumo público, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação (Água Segura) (%)	99,7 (2021)	→	ODSLocal, ADC	Anual	99%**
Classificação energética B, A e A+ dos edifícios existentes (%)	8,7 (2024)	↑	Estatística do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios da ADENE – Agência para a Energia	Anual	10%
Emissões de gases com potencial efeito de estufa (kton)	104,27 (CO ₂) 0,92 (CH ₄) 0,03 (N ₂ O) (2019)	↓	APA, PMAC, PAESC	Anual	-
Territórios artificializados em áreas de risco da REN (ha por tipologia de risco)	296,5 (2023)	→	COS	Variável*	-

FCD3 – Ordenamento e Coesão Territorial					
Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento (%)	29,4% (2021)	↓	ODSLocal	Anual	22,3**
Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares (%)	15,5 (2021)	↑	INE	Anual	-
Capacidade de respostas sociais (n.º de lugares)	2 921,0 (2020)	↑	CMC, Carta Social	Anual	-
Proporção de população residente na União das freguesias de Covilhã e Canhoso e na freguesia de Tortosendo (%)	50,4 (2021)	↑	INE, CRUS	Anual	-
Taxa de execução das áreas urbanas não infraestruturadas – AUNI (%)	0 (2025)	↑	CMC	Anual	100
Taxa de execução das áreas urbanas a consolidar – AUC (%)	0 (2025)	↑	CMC	Anual	100
Taxa de execução das unidades operativas de planeamento e gestão – UOPG (%)	0 (2025))	↑	CMC	Anual	100
Taxa de ocupação dos Espaços de Atividades Económicas – EAE (%)	0 (2025)	↑	CMC	Anual	100
Taxa de ocupação dos loteamentos (%)	0 (2025)	↑	CMC	Anual	100
Taxa de ocupação dos espaços verdes (%)	0 (2025)	↑	CMC	Anual	100
FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico					
Proporção de população desempregada (%)	7,7 (2021)	↓	INE, DataCentro	Anual	-
Grau de ocupação das ZI (%)	94,8 (2018)	↑	CMC	Anual	-
N.º de explorações agrícolas (n.º)	1 734,0 (2019)	↑	INE	Anual	-
Superfície agrícola utilizada (ha)	14 338,0 (2019)	↑	INE	Anual	-

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes (n.º)	464,9 (2021)		INE, TdP	Anual	-
--	--------------	---	----------	-------	---

7. CONCLUSÕES

A proposta de Revisão do Plano que aqui se avalia, visa a adequação e a adaptação às novas dinâmicas de ordenamento do território vertida nos diplomas atuais e ao facto de ter sido eliminada a desagregação da qualificação do solo urbano nas categorias de solos urbanizados e solos urbanizáveis. Complementarmente, procede-se, ainda, a alguns ajustes, alterações pontuais e atualizações da Planta de Ordenamento, Planta de Condicionantes e Regulamento.

A presente AAE foi estruturada num conjunto de cinco FCD: Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos; Qualidade Ambiental e Riscos; Ordenamento e Coesão Territorial; Desenvolvimento Socioeconómico.

Entre os aspetos positivos da proposta, destaca-se a diversificação funcional das categorias de solo, que identifica de usos dominantes, complementares e compatíveis, contribuindo para uma gestão de solo mais sustentável e a criação de um tecido edificado multifuncional. Esta proposta flexibiliza a ocupação do solo às dinâmicas de mercado e demográficas, por sua vez atrativo, ao estimular a proximidade funcional no mesmo espaço (suscitador de centralidades). Esta multifuncionalidade reflete-se também no solo rústico, onde se salvaguarda a vocação produtiva do território e a capacidade da sua modernização e viabilização económica das explorações, ao admitir atividades de suporte (p.e. residência própria e permanente de quem exerça atividade agrícola ou pecuária, estabelecimentos industriais ligados à produção, empreendimentos turísticos rurais).

Ressalva-se, contudo, que a proposta de classificação do solo aumenta em 22,8% os perímetros urbanos relativamente ao PDM em vigor de 1999, que resulta em parte de áreas, entretanto, artificializadas (338,11 ha). Apesar do risco ambiental do aumento da afetação dos recursos naturais (solo, água e habitats) e do agravamento dos fenómenos de dispersão edificatória (e os custos urbanísticos associados), convém refletir que estes novos urbanos, decorrem essencialmente da aplicação do critério de integração das áreas servidas pelas infraestruturas básicas na delimitação dos perímetros urbanos. Contudo, verifica-se que esta baixa taxa de artificialização dos perímetros urbanos (pouco mais de metade está ocupado por Territórios artificializados), ocorre nas categorias de solo de “Espaços Habitacionais” e “Espaços Urbanos de Baixa Densidade” onde a capacidade

construtiva é relativamente reduzida. Atendendo ao facto destas novas áreas urbanas corresponderem a áreas de agricultura de proximidade para consumo próprio (hortas) e aos parâmetros de edificabilidade que condicionam a sua artificialização, antevê-se a preservação deste padrão de ocupação do território, com efeitos positivos para a conservação do carácter da paisagem e de uma estrutura ecológica funcional e integrada, promovendo a produção alimentar de proximidade, a multifuncionalidade do solo urbano, a qualidade de vida urbana, a preservação dos recursos solo e água e a regulação térmica em ambiente urbano.

Salienta-se, ainda, a salvaguarda das áreas reclassificadas como solo urbano, por via da integração na Estrutura Ecológica Municipal ou no Domínio Público Hídrico, bem como pela inclusão, em alguns casos, no Parque Natural da Serra da Estrela.

Por outro lado, a proposta de ordenamento contribui para a consolidação das áreas urbanas, e densificação populacional, fruto do incremento da capacidade construtiva das áreas qualificadas em solo urbano, promovendo novas soluções de habitação associadas à reabilitação urbana.

Neste sentido, destaca-se o contributo do Plano para a salvaguarda do recurso solo, ao fazer depender a eventual urbanização de áreas sem estrutura urbana estabilizada e/ou infraestruturadas, à existência de condições económicas que permitam o seu efetivo desenvolvimento, sendo requalificadas para a subcategoria de “Espaços Verdes de Enquadramento” no caso do incumprimento do prazo definido no programa de execução.

Outro aspeto positivo relevante da proposta de ordenamento é a melhoria da hierarquização funcional do sistema urbano, que zela pela preservação dos núcleos históricos principais (reforçando a identidade local), beneficiando, também, a rede de acessibilidades e dos serviços de transporte público (podendo contribuir para a redução de emissões relacionada com este setor). Esta clarificação do sistema urbano favorece, também, a coesão territorial, através da redistribuição equilibrada de serviços por nível de aglomerado e correção das desigualdades territoriais, permitindo a retenção populacional nos polos mais secundários.

No que respeita o desenvolvimento socioeconómico, a proposta contribui para a adaptabilidade do território às necessidades dos agentes económicos e consequente capacidade de atrair investimento, ao definir parâmetros de edificabilidade mais flexíveis e ajustados às atividades e instalações admitidas. Este novo regime de edificabilidade preza pela valorização da imagem urbana e da preservação das características morfotipológicas das operações urbanísticas, assegurando os alinhamentos e recuos dominantes, da altura da fachada da frente urbana, volume e proporção.

As diretrizes de seguimento contempladas no RA, que acompanha o presente RNT, pretendem minimizar e monitorizar os aspetos negativos expectáveis, decorrentes da presente proposta de Revisão do Plano, mas também das tendências que foram identificadas para os diferentes critérios de sustentabilidade.

EQUIPA TÉCNICA:



TERRITÓRIO XXI - Gestão Integrada do Território e do Ambiente
Avenida da República, n.º 679, 2.º Andar, Sala 23
4450-242 Matosinhos
T. +351 220 135 202
geral@territorioxxi.pt